

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
2701/2023

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Comissão, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, ao Sr. André Reis, Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, e ao Sr. André Dantas, Superintendente de Mobilidade, pedido de informação sobre informações apresentadas na Mensagem nº 32 do Projeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2024 (PLOA-2024).

Na mensagem do PLOA-2024 constam as seguintes informações:

Serviços de Transporte Público Coletivo de Passageiros por Ônibus

Em atendimento ao disposto no art. 5º-A da Lei 11.458/2023, e com base no método ANTP e utilizando as premissas e a base para o cálculo dos custos de referência, apresenta-se a seguir o quadro-resumo das projeções para o exercício de 2024 para o complemento ao custeio do serviço de transporte público coletivo de passageiros por ônibus.

É importante destacar que os valores dos quadro-resumo foram calculados com base nas evidências e informações disponíveis até o momento da produção deste documento. Dessa forma, contemplam uma base de cálculo que permite estabelecer uma estimativa preliminar para os fins da definição da Lei Orçamentária para o exercício de 2024.

Quadro XIV

Quadro-resumo das projeções para o sistema convencional

DESCRIÇÃO	Valores para tarifas públicas de referência	
	R\$4,50	R\$5,00
Receitas (tarifárias, alternativas, complementares e acessórias)	851.500.370,59	944.190.525,85
Custos de referência	1.610.296.058,43	1.615.025.147,98
Projeção quilométrica	154.961.683,11	154.961.683,11
Custo total por quilômetro	R\$ 10,39	R\$ 10,42
Valor da remuneração complementar por quilômetro	4,90	4,33

Quadro XV

Quadro-resumo das projeções para o sistema suplementar

DESCRIÇÃO	Valores para tarifas públicas de referência	
	R\$4,50	R\$5,00
Receitas (tarifárias, alternativas, complementares e acessórias)	63.189.205,66	70.200.942,25
Custos de referência	91.909.847,55	93.261.061,78
Projeção quilométrica	13.712.840,98	13.712.852,98
Custo total por quilômetro	6,702	6,801
Valor da remuneração complementar por quilômetro	2,094	1,682

Ressalta-se ainda que, conforme previsto no inciso III do art. 2º da Lei 11.458 de 2023, a Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte - SUMOB publicará a apuração definitiva dos valores constantes dos Quadros XIV e XV, de modo que eventual necessidade de recursos adicionais para o equilíbrio entre a remuneração complementar por quilômetro e a tarifa praticada terão origem no superávit financeiro apurado no balanço e na captação de recursos não previstos inicialmente tais como repasses federais, dentre outros.

Certo de que este projeto de lei receberá a necessária aquiescência de Vossa Excelência e de seus ilustres pares, submeto-o a seu regular processamento, renovando protestos de estima e consideração.

Diante das informações apresentadas, questiona-se:

- 1 – Por quais motivos o “Custo total por quilômetro” aumenta, mesmo considerando o aumento da tarifa de R\$ 4,50 para R\$ 5,00?
- 2 – O que engloba a variável “Custos de referência”? Favor discriminar tudo o que compõe a referida variável.
- 3 – Por que há um aumento do “Custos de referência” de um cenário para o outro (aumento da tarifa de R\$ 4,50 para R\$ 5,00)?
- 4 – Solicito que as duas tabelas sejam explicadas e discriminadas e forma a deixar claro o que compõe cada uma das variáveis e como foram feitos os cálculos para se chegar aos valores apresentados nas duas tabelas.

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 06 de outubro de 2023.

FERNANDA PEREIRA

ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por FERNANDA
PEREIRA ALTOE:04519898641
Dados: 2023.10.06 14:22:10 -03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ

NOVO

Ao Senhor

Vereador Cleiton Xavier

Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

09 / 10 / 2023

739

Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

2706/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Prefeito, Fuad Noman, o seguinte pedido de informação sobre previsão orçamentária para a revitalização da pista de caminhada da Avenida Silva Lobo.

- Há previsão do Poder Executivo para a revitalização da pista de caminhada da Avenida Silva Lobo?
- Há estimativa de valores para a revitalização da pista de caminhada da Avenida Silva Lobo? Em caso de negativa, peço o levantamento do custo da obra.
- Há impedimento técnico (que não seja o orçamentário) para a revitalização da pista de caminhada da Avenida Silva Lobo?

Peço que preste as informações supracitadas para que seja avaliado a viabilidade do atendimento à demanda por meio de emenda ao orçamento.

Belo Horizonte, 06 de outubro de 2023.

**IRLAN CHAVES
DE OLIVEIRA**

MELO:923607696

34

Assinado de forma digital por IRLAN
CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Multipla v5, ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
Dados: 2023.10.06 18:27:46 -03'00'

**Vereador Irlan Melo
Líder do PATRIOTA**

Ao Senhor
Vereador Cleiton Xavier
Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

**Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:**

09 / 10 / 2023

739
Responsável pela distribuição

PROTOCOLIZADO CONFORME

DELIBERAÇÃO Nº 14/2021

DATA: 06/10/23

HORA: 18:28

SIL 6362



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **2740/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Prefeito, Fuad Noman, pedido de informação sobre as obras de asfaltamento da rua Alexandrita, entre as ruas Amanda e B Um, no bairro Betânia.

- Tendo em vista as obras de recapeamento de parte da rua Amanda, questiono: Por que motivo a obra não continuou no trecho da rua Alexandrita até a rua B Um?
- Há impedimento técnico (que não seja o orçamentário) para o recapeamento da rua Alexandrita, entre as ruas Amanda e B Um, no bairro Betânia?
- Há previsão do Poder Executivo para o recapeamento da rua Alexandrita, entre as ruas Amanda e B Um, no bairro Betânia?
- Há estimativa de valores para o recapeamento da rua Alexandrita, entre as ruas Amanda e B Um, no bairro Betânia?
- Qual o custo para o recapeamento da rua Alexandrita, entre as ruas Amanda e B Um, no bairro Betânia?

Peço que preste as informações supracitadas para que seja avaliado a viabilidade do atendimento à demanda por meio de emenda ao orçamento.

Belo Horizonte, 29 de setembro de 2023.

IRLAN CHAVES DE
OLIVEIRA
MELO:92360769634

Assinado de forma digital por IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:92360769634
Dados: 2023.09.29 17:10:56 -03'00'

Vereador Irlan Melo
Líder do PATRIOTA

Ao Senhor

Vereador Cleiton Xavier

Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

PROPOSIÇÃO INICIAL

Avulsos distribuídos

Em 10/10/2023

CGM - 526

Responsável pela distribuição

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 10/10/23
HORA: 14:39

511 6399



Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

Parecer de 2º turno sobre o Projeto de Lei nº 650/2023

Voto do Relator

Relatório

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Executivo (Mensagem nº 24, de 24/08/2023) que "Institui a Parcela Complementar do Piso da Enfermagem – PCPE e da outras providências."

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, o Projeto foi aprovado em primeiro turno pelo plenário desta Casa. Tendo recebido emendas, o projeto volta para apreciação desta Comissão, acerca das emendas apresentadas, quanto ao mérito na Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, conforme o art. 52, inciso III, alíneas "a", "b" e "c" do Regimento Interno.

Fundamentação

De autoria do Executivo Municipal, o Projeto de Lei nº 650/2023, em suma, institui a Parcela Complementar do Piso da Enfermagem – PCPE – para os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Enfermeiro, de Técnico de Serviços de Saúde e de Agente de Serviços de Saúde no âmbito da administração direta e indireta do Município, conforme disposto pela Lei Federal 7.498/86.

O pagamento será condicionado ao repasse de recursos da União, sendo que para execução dos recursos recebidos o projeto autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais ao orçamento vigente no valor de R\$ 122.000.000,00 (cento e vinte e dois milhões de reais). A abertura de crédito visa promover a inclusão de fonte de recurso específica ao Orçamento da Seguridade Social.



Ao projeto foram apresentadas duas emendas e duas subemendas, sendo elas:

1. Emenda 1/2023 ao Projeto de Lei 650/2023, de autoria do vereador Bruno Pedralva, que acrescenta novo parágrafo ao art. 1º: "os servidores ocupantes do cargo de Agente de Serviço de Saúde que apresentaram o curso de técnico de enfermagem para fins de progressão na carreira farão jus ao recebimento do valor da Parcela Complementar do Piso da Enfermagem Proporcional — PCPE — em sua jornada como técnicos de enfermagem."
2. Emenda 2/2023 ao Projeto de Lei 650/2023, de autoria do Claudiney Dulim, que acrescenta novo parágrafo ao art. 1º: "O pagamento da Parcela Complementar do Piso da Enfermagem — PCPE - observará a jornada máxima semanal determinada na legislação federal e será proporcionalizada para as jornadas inferiores, conforme a jornada de trabalho semanal exercida pelo servidor."
3. Subemenda 1/2023 à Emenda 1/2023 ao Projeto de Lei 650/2023, de autoria da Comissão de Legislação e Justiça, que acrescenta parágrafo ao art. 2º: "Para o pagamento do piso aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Enfermeiro, de Técnico de Serviços de Saúde, habilitação enfermagem, e de Agente de Serviços de Saúde, habilitação enfermagem, serão considerados, no que se refere a escolaridade do cargo e do servidor, os critérios de cálculo de repasse definidos pela União."
4. Subemenda 1/2023 à Emenda 2/2023 ao Projeto de Lei 650/2023, de autoria da Comissão de Legislação e Justiça, que altera a redação do art. 2º: "Art. 2º - O pagamento da PCPE será devido aos servidores efetivos municipais e observará a jornada definida em legislação federal. § 1º - Para as jornadas inferiores à disposta no caput, o valor do piso e o pagamento da PCPE serão proporcionais à jornada semanal trabalhada. § 2º — O pagamento da Parcela Complementar do Piso da Enfermagem — PCPE - observará a jornada máxima semanal determinada na



legislação federal e será proporcionalizada para as jornadas inferiores, conforme a jornada de trabalho semanal exercida pelo servidor.”

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c” do Regimento Interno.

Quanto ao mérito na Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, cabe a análise de adequação das emendas com o plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos adicionais; sua repercussão financeira; e a compatibilidade com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

A Emenda 1/2023 ao Projeto de Lei 650/2023 trata de equiparação para fins de recebimento da parcela complementar do Piso da Enfermagem Proporcional (PCPE) para os servidores ocupantes do cargo de Agente de Serviço de Saúde de acordo com os valores proporcionais aos Técnicos de Enfermagem. A justificativa da emenda é que os Agentes de Serviço de Saúde realizaram o curso de Técnico de Enfermagem e desempenham atividades que são equivalentes às atribuições dos Técnicos de Enfermagem, portanto, a necessidade de equiparação do benefício e equidade salarial.

A emenda proposta não apresenta impacto financeiro que impeça seu prosseguimento, e não apresenta óbices frente ao que dispõe a Constituição da República no Capítulo II, Das Finanças Públicas, Seção II, Dos Orçamentos. Ainda, não contraria o que dispõe a Lei Federal nº 14.434/2022, que “Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para instituir o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.”

A Subemenda 1/2023 à Emenda 1/2023 ao Projeto de Lei 650/2023 visa estipular que o repasse dos recursos a que se refere o Projeto seguirá os critérios de cálculo definidos pela união, de forma a padronizar os pagamentos conforme determinação da União e se adequar a normativa em questão.



Considerando que há normativa da união prevendo os critérios orçamentários para o repasse da assistência financeira complementar da União a estados, municípios e Distrito Federal para o pagamento do Piso Nacional da Enfermagem, inclusive com a discriminação dos valores a serem transferidos, não há de se falar em óbice quanto à análise pertinente a esta comissão, já que a emenda segue a normatização federal e não gera impactos financeiros além dos já previstos no projeto.

A Emenda 2/2023 ao Projeto de Lei 650/2023 visa garantir o pagamento da parcela complementar do Piso da Enfermagem para os servidores que tiverem jornada inferior as 44 horas semanais, considerando que em âmbito municipal a jornada praticada é de 40 horas. Assim, a emenda procura alinhar a legislação municipal à legislação nacional.

Em sentido semelhante, a Subemenda 1/2023 à Emenda 2/2023 ao Projeto de Lei 650/2023 visa padronizar o pagamento proporcional a carga horária trabalhada. A carga horária considerada para o piso é de 44 horas semanais ou 220 horas mensais. A emenda determina que o pagamento deve ser proporcional nos casos de contratos com carga horária inferior ao período mencionado.

No que concerne ao mérito quanto a comissão de orçamento, considerando que as emendas 2/2023 e subemenda 1/2023 à emenda 2/2023 possuem redação com conteúdo convergente, entendo que as mesmas não geram impacto financeiro que contrarie a redação original do projeto. Quanto a repercussão financeira e concordância com os termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, as emendas são regulares, considerando que não há mudança em sua previsão de impacto, permanecendo, portanto, legal a medida, conforme explicitado no parecer desta comissão em 1º turno.

No que tange a análise das emendas quanto ao mérito na comissão de Orçamento e Finanças Públicas, e pertinência com legislação orçamentária, concluo pela aprovação de todas emendas e subemendas apresentadas ao Projeto de Lei 650/2023.



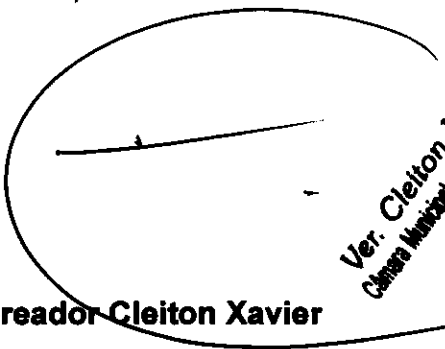
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Conclusão

Diante do exposto, concluo pela aprovação das emendas 1 e 2, e subemendas 1 à emenda 1 e 1 à emenda 2 apresentadas ao Projeto de Lei 650/2023.

Belo Horizonte, 09 de outubro de 2023.


Ver. Cleiton Xavier
Câmara Municipal de Belo Horizonte

Vereador Cleiton Xavier
Relator